

Três dimensões do conceito de “diferença” como condição para a comunicação¹

Three dimensions of the concept of “difference” as a condition for communication

Tres dimensiones del concepto de “diferencia” como condición para la comunicación

*Luis Mauro Sá Martino²
Ângela Cristina Salgueiro Marques³*

Resumo: Este texto emerge do diálogo com as proposições de Ferrara (2021), apresentadas no 30º Encontro da Compós, sobre o conceito de “diferença” nos estudos de Comunicação. Embora a noção esteja amplamente estabelecida como um dos pilares do pensamento ocidental, desde a filosofia antiga até os Estudos Literários e Culturais contemporâneos, parece ainda ser um assunto pouco abordado diretamente na pesquisa em Comunicação, onde é elaborado sobretudo a partir de outras disciplinas. Com base nos argumentos de Ferrara (2021), apresenta-se a possibilidade de entender “diferença”, na pesquisa de Comunicação, como (1) a condição necessária antes de qualquer comunicação; (2) um elemento constitutivo de qualquer sociedade de onde se espera que a comunicação surja; (3) como categoria política, reivindicando espaços e reconhecimentos múltiplos em relação aos poderes estabelecidos. Esses elementos são discutidos no contexto da epistemologia da comunicação.

Palavras-chave: Comunicação. Diferença. Epistemologia. Pesquisa.

Abstract: This text has been developed out of a learning dialogue with Ferrara’s (2021) propositions on the notion of ‘difference’ as a relevant concept in Communication studies. The notion of ‘difference’ has been largely established as one of the standing stone of Western thought, from ancient Philosophy to contemporary Literary and Cultural Studies. However, it seems to be still a lesser subject in communication research, as it is mainly drawn from other disciplines. Grounded on Ferrara’s (2021) arguments, one may understand ‘difference’, in Communication research, as (1) the necessary condition prior to any communication; (2) a constitutive element of any society from where communication is expected to emerge; and (3) as a political category, where power regulates communicative

¹ Este texto é uma versão revista e ampliada do relato produzido para o trabalho da professora Lucrécia Ferrara, apresentado na trigésima edição do Encontro da Compós. Ver: FERRARA, Lucrécia D’A. Epistemologia da Diferença. 30º. COMPÓS. *Anais...* São Paulo: PUC-SP, 27 a 30 de julho de 2021. Os autores agradecem o apoio do CNPq.

² Faculdade Cásper Líbero, Brasil. E-mail: lmsamartino@gmail.com.

³ Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. E-mail: angelasalgueiro@gmail.com.

interactions. These elements are discussed against the background of communication epistemology.

Keywords: Communication. Difference. Epistemology. Research.

Resumen: Este texto surge del diálogo con las propuestas de Ferrara (2021), presentadas en el 30° Encontro da Compós, sobre el concepto de “diferencia” en los estudios de Comunicación. Si bien la noción está ampliamente establecida como uno de los pilares del pensamiento occidental, desde la filosofía antigua hasta los estudios literarios y culturales contemporáneos, todavía parece ser un tema que no se aborda directamente en la investigación en comunicación, donde se elabora principalmente a partir de otras disciplinas. Con base en los argumentos de Ferrara (2021), la posibilidad de entender la “diferencia” en la investigación de la Comunicación se presenta como (1) la condición necesaria antes de cualquier comunicación; (2) un elemento constitutivo de cualquier sociedad de la que se espera que surja la comunicación y (3) como categoría política, en la que las interacciones comunicativas del poder regular. Estos elementos se discuten en el contexto de la epistemología de la comunicación.

Palabras clave: Comunicación. Diferencia. Epistemología. Investigación.

1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre o conceito de diferença parecem ocupar um largo espaço no pensamento ocidental, podendo ter algumas de suas raízes localizadas ainda nas perspectivas de Aristóteles sobre a constituição da lógica no *Organon* ou sobre o conceito na *Metafísica*, estendendo-se até ter amplo desenvolvimento na filosofia de autores contemporâneos, como Gilles Deleuze (2001) ou Jacques Derrida (2017). Mais recentemente, o tema ganha também destaque em outros espaços das humanidades, encontrando acolhida e desenvolvimento nas Ciências Sociais, nos Estudos Literários e na Linguística. O problema se desenvolve transversalmente entre as várias disciplinas e áreas de estudos, revestindo-se não apenas de uma perspectiva lógica, mas também de uma crescente força política como afirmação de relevância do reconhecimento da diferença, como oposição à desigualdade, na constituição da democracia. Dessa maneira, talvez não fosse de todo errado indicar que parte do pensamento do século 20 e início do 21 se caracteriza como um pensamento da diferença, entendida não só como forma lógica, mas como categoria do político.

Nos estudos de Comunicação, o assunto vem sendo explorado, ao que tudo indica, de maneira ainda parcimoniosa, destacando-se, por exemplo, os trabalhos de Caiafa (2004),

D'Amaral (2004) ou Gomes (2012) como excursos relativamente isolados. Isso não significa ausência do tema nas reflexões sobre comunicação, mas como operador epistemológico de suporte para argumentações, em particular nos estudos sobre comunicação, política e identidade (MARTINO, 2010, 2018), sobretudo no sentido de endereçar diretamente a questão de um ponto de vista que privilegie os aspectos comunicacionais do tema.

O texto de Lucrecia Ferrara (2021), apresentado no Grupo de Trabalho Epistemologia da Comunicação no 30º Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), se delinea como uma indagação referente, em linhas gerais, ao problema da diferença que habita a relação de comunicação, tomando como ponto de partida uma frase de Oliveira e Figueiroa (2020) segundo a qual “a comunicação habita a diferença”. Ferrara se propõe a pensar a especificidade dessa colocação a partir dos dois termos apresentados como referência à ideia de comunicação, “habitar” e “diferença”, na elaboração de uma trama epistemológica que tome este último como ponto central de uma interação comunicacional. Duas perguntas emergem imediatamente no texto: “que é diferença? Por que a comunicação seria um modo de habitar e por que essa habitação seria aquela das diferenças?” (FERRARA, 2021, p. 1).

Neste artigo, a partir do acionamento desses dois conceitos, busca-se tensionar a própria noção de “diferença” dentro de uma perspectiva que privilegia o questionamento em relação à afirmação, delineando três dimensões possíveis dessa noção que parecem emergir do texto de Ferrara: a diferença como condição de possibilidade da comunicação enquanto fenômeno (1) linguístico, na medida em que a linguagem se afirma como sistema de diferenças; (2) social, porquanto a diferença se afirma como condição de estabelecimento da alteridade e (3) político, na medida em que a relação com outrem não deixa de ser tensionada pelo fantasma – em seu sentido original de “fantasia” – da subordinação pela via do poder que busca transformar a diferença em desigualdade. O texto prossegue um comentário anterior sobre outra dimensão dessa problemática (AUTORIA, 2014; 2018; 2020).

Esses três pontos são trabalhados dentro de uma perspectiva comunicacional na esteira das noções propostas, em momentos anteriores, pela autora (FERRARA, 2016, p. 15), ao afirmar que uma das perspectivas de uma epistemologia da comunicação relaciona-se a “aprender a aprender e construir a diferença que consolida o comunicar à medida em que supera a homogeneidade transmissiva”.

2 A DIFERENÇA NA QUAL A COMUNICAÇÃO HABITA

O questionamento levantado por Ferrara (2021) parte de uma condição ainda anterior à diferença: a sua possibilidade de “habitar” a comunicação. Vale, portanto, retomar essa palavra como ponto de partida dos questionamentos propostos neste texto. Em seu sentido mais comum, a noção de “habitar” remete à “casa” ou “moradia”, lugar situado em um espaço e, por si só, dotado também de uma espacialidade que o constitui como produto específico das relações sociais.

O habitar não é uma condição necessária, mas um possível que se abre à apreensão: “habitar”, em sua raiz latina, liga-se com a palavra “habere”, que pode ser traduzida como “ter” ou “possuir”, no sentido de uma “propriedade” que se pode se afirmar tanto como objeto quanto como característica: “habitar” é também um predicado, modalidade do sujeito que tem uma característica ou qualidade.

Dessa maneira, habitar algo significa estabelecer uma dupla relação de troca entre sujeito e objeto - o sujeito habita um lugar e é habitado por ele, no sentido da constituição e um “habitus” - não por coincidência, também derivado da mesma raiz de “habere”. Assim, pensar que comunicação “é habitar com a diferença” implica também pensar uma propriedade do comunicar em se estabelecer, ao mesmo tempo, na diferença e como diferença. Em texto anterior, também apresentado no GT Epistemologia da Comunicação, Ferrara (2013) propunha uma diferenciação entre a “comunicação”, como substantivo, e o “comunicar”, como verbo, implicando neste último uma abertura processual para a ação que estaria ausente do aspecto mais fechado do primeiro. O artigo mais recente retoma essa diferenciação, adicionando a questão da diferença como parte da ação envolvida no próprio ato comunicacional. Assinala, dessa maneira, a possibilidade de uma comunicação entrelaçada com a diferença, mas com a qual não se confunde. A comunicação

[...] refere-se a um substantivo que se caracteriza, em si mesmo, pela diferença que o constitui enquanto comunicação. Esse sentido que parece convergir para a frase inicial desse estudo, salienta-se que a comunicação da diferença estabelece um modo outro de ser comunicação, o que significa dizer que aquele modo não seria indiferente ou insignificante porque, e sobretudo, não seria indeterminado: insinua-se um outro modo de ser comunicante ou de produzir comunicação. (FERRARA, 2021, p. 8)

Há, portanto, duas ações em jogo: o comunicar, como abertura para o outro, e o habitar com a diferença enquanto propriedade indicativa da modalidade em jogo nessa abertura. Isso tanto mais se afirma como condição de possibilidade da interação

comunicacional quando se leva em conta que, como afirmou Ferrara (2016) em outro momento, “a comunicação só existe na diferença”, diferença essa que se possui, com a qual se habita, que se apresenta como condição.

O estabelecimento de doutrinas referentes às semelhanças e diferenças, bem como às possibilidades de esquematização classificatória estão espalhadas por diversos pontos da história do pensamento humano, direcionados à busca de uma ordem do mundo voltara para tornar inteligível o sensível que se afigurava ao mesmo tempo como evidência empírica mas também como mistério ao qual deveria responder uma incursão da mente.

As semelhanças escaneiam as aparências e as configurações procurando aquilo que aproxima o desconhecido, mas traduzindo-o, faz conhecer a partir daquilo que já se conhece. Busca-se, portanto, abreviar o trabalho e, economicamente, procura-se elementos de aproximação e vizinhança para, de modo conveniente, assegurar a abrangência da semelhança comum a vários ou a muitos, superando assim o desconhecimento e possibilitando reconhecer, de modo quase especular, aquilo que eventualmente poderia ser diferente (FERRARA, 2021, p. 2).

Não no sentido de uma única racionalidade, mas na pluralidade de possibilidades classificatórias que satisfizessem determinados critérios – Ferrara (2021) recorre, não por acaso, ao livro *As Palavras e as Coisas*, de Foucault (2006), para indicar os caminhos a seguir dentro de um estudo que coloca em xeque a primazia de determinadas racionalidades, mas procura abrir espaço para o nascimento de outras. Nesse esquema de organização, a classificação se apresenta como ponto essencial, uma vez que permite a elaboração de aproximações, distinções e/ou interseções. “O mundo aparenta ser homogêneo, a ordem é seu predicado maior e o modo pelo qual é possível produzir conhecimento. Conhece-se através das semelhanças, dos nomes e da ordem que, classificando, obscurece as possibilidades das diferenças” (FERRARA, 2021, p. 3).

Em *Signatura Rerum*, Giorgio Agamben (2009) refere-se exatamente a um princípio de identidade e diferença orientado por uma lógica pautada na semelhança e na afinidade tanto das características físicas de um dado objeto quanto de seu aspecto simbólico. O estabelecimento de relações entre os objetos definia a diferença como um indício, ou pista, de relações mais amplas que revelavam, em sua trama de referências, aspectos da realidade invisíveis à apreensão imediata. O texto de Ferrara (2021), a partir de Foucault (2006), recupera aspectos desse tipo de relação de identidade e diferença que se pauta em modos de ver a diferença como constitutiva de uma cosmologia: da ligação entre diferenças emerge um sentido novo, presente mas até então indecifrável, do real.

Destaca-se, a partir daí, um problema que vai se desdobrar ao longo do texto: a comunicação, enquanto possibilidade, se desenha também a partir de esquemas classificatórios destinados a tornar possível a organização do pensamento dentro de um *logos* que se afirma ao mesmo tempo como ampliação da relação com o sensível e instrumento de redução de sua complexidade - a classificação, ao colocar ordem dentro de um cosmos que se afigura como desafio, torna-o não apenas inteligível, mas também comunicável como diz a autora, “ao lado dos nomes, origina-se o código que organizaria, através de escalas classificatórias, o homogêneo e excluiria as diferenças” (FERRARA, 2021, p. 3). A própria linguagem, como se dirá adiante, apresenta-se como materialidade dessa classificação. Nesse sentido, a sequência da argumentação de Ferrara (2021, p. 3) indica essa relação entre a ordenação do conhecimento como possibilidade de sua comunicação:

O mundo se ordena e a comunicação desenha suas habitações através dos hábitos que estimula. A ordem desenha habitações da comunicação, e as transformam em hábitos que são crenças criadas pela própria ordem. As similaridades contiguas são a habitação original da comunicação que, por sua vez, é criadora de crenças em movimentos homogêneos. Nessa linha de reflexão, a comunicação não pensa diferenças, ao contrário, seu interesse maior pode estar voltado para a necessidade de encontrar, nas diferenças, as similaridades ou analogias que podem transformá-las em homologias.

Remete-se, assim, ao delineamento de uma questão derivada: de qual “diferença” se está falando? A noção de “diferença” ocupa um lugar de destaque tanto na Filosofia, de onde é originária, quanto na Linguística e nas Ciências Sociais, e qualquer recenseamento de seus usos ultrapassariam muito a proposta deste texto. Vale, no entanto, em diálogo com o artigo de Ferrara (2021), pontuar algumas de suas características que podem se afirmar como condições do ato comunicacional. A expressão se apresenta dentro de um campo conceitual no qual podem ser encontrados operadores próximos como “identidade”, “igualdade”, “alteridade” e “comum” ou “comunidade”. A noção de “diferença” ao mesmo tempo se opõe e complementa todos eles, estabelecendo-se como um ponto de articulação desses vários conceitos na formação de proposições.

A primeira oposição complementar estabelece-se em termos de “identidade”: toda diferença pressupõe uma identidade à qual ela se opõe, da qual se destaca por uma composição decorrente de uma lógica voltada para a definição de si. Retomando brevemente uma argumentação de Heidegger (2006) em sua consideração sobre o tema, a noção de identidade refere-se à uma condição ontológica, na qual o ser depende exclusivamente de si enquanto forma de autodefinição, prescindindo de qualquer outro qualificativo exceto aquele

composto por sua própria definição: a identidade apresenta-se dessa maneira como singularidade, característica responsável por indicar o que constitui algo; trata-se, aqui, da condição de si, a *identitas* ou o *ipsos*, o elemento próprio; a noção de “identidade”, dessa maneira, se opõe em termos radicais à diferença quando se pensa nessa não como a condição interna e positiva do ser, mas como a negação externa de uma relação com outrem.

No exemplo do filósofo, a identidade se caracteriza pela afirmação do “A é A”. Essa condição se opõe à diferença no sentido de um fechamento em relação a tudo o que for “não A”. Uma segunda oposição à diferença apresenta-se na condição de igualdade que, sem deixar de apresentar as características formadoras e constitutivas da identidade, apresenta-se de maneira amplamente relacional a partir de um termo de comparação: ao dizer, com Heidegger, que “A = A”, apresentam-se dois termos, não mais apenas um, e introduz-se aí a condição de possibilidade para a existência da diferença.

Dessa maneira, em relação à diferença, se a identidade se dirige à definição de uma unidade possível de um termo, a igualdade se apresenta como relação na qual está presente um segundo termo. Assim, a diferença existe tanto em oposição a uma “igualdade” quanto a uma “identidade”. Dito de outra maneira, enquanto a identidade se opõe à diferença na afirmação de um “eu”, a igualdade pressupõe como condição inicial a existência de um “nós”, afirmado pela definição de “A = A”. Igualdade não se mistura com identidade, embora estejam evidentemente relacionadas.

3 COMUNICAR A DIFERENÇA, COMUNICAR NA DIFERENÇA

No texto de Ferrara (2021), ambas as definições estão presentes, como propriedades – o habitar – do gesto comunicacional. Deriva-se que todo sistema de diferenças se estabelece não necessariamente apenas em relação à identidade de cada um de seus componentes, reforçada como condição de existência, mas no momento em que ela efetivamente se apresenta como igualdade que permite, a partir daí, estabelecer uma diferença: o estabelecimento do comum, do qual pode derivar o comunicacional, demanda pontos de igualdade que permita estabelecer uma relação entre as diferenças; uma hipotética diferença absoluta, no qual cada identidade fosse absolutamente fechada em si, tornaria a impossível a criação de qualquer elemento em comum.

A comunicação, inscrita no tempo, habita também um porvir, tornando-se necessariamente diferente de si mesma nesse movimento. Assim, a ideia de comunicar como

um “habitar a diferença” se afirma não apenas como condição, mas como necessidade: a identidade não pressupõe um espaço para a diferença específica necessária para que se trace algo em comum, mas apenas quando em relação com outrem - quanto, então, desloca-se como o domínio de igualdades e diferenças. Recordar-se, no entanto, a ressalva de Ferrara (2021, p. 8): “A diferença distingue-se na comunicação, mas não se distingue da comunicação; a diferença determina-se como outra comunicação ou outro modo de entender o comunicar da comunicação”. Chega-se, dessa maneira, a alguns questionamentos, relativos a uma interação comunicacional que efetivamente possa habitar a diferença:

Em que medida a comunicação não é, por si só, um sistema de diferenças? Seria possível pensar em um código sem diferenças? Em seu aspecto inicial, qualquer ato de comunicação pressupõe uma diferença entre os signos que o compõe no sentido de permitir algum tipo de interação entre eles a partir da qual possa se observar a emergência de um sentido. Ainda que se considere o próprio signo como uma entidade dinâmica em si, aspecto no qual não se vai entrar aqui, é importante considerar que o sentido do ato comunicacional se apresenta na interação entre signos diferentes que, dentro de uma trama regulada com mais ou menos força por um código, origina algo diferente de seus componentes anteriores, o sentido derivado da relação. Como recorda Janice Caiafa (2004, p. 52), “a comunicação se dá por uma *operação de diferença*. Ela se efetua pela concreção de um possível que me é estranho, por uma dimensão em que não me reconheço, mas que, ao contrário, me tira um pouco de mim”.

As unidades de um sistema qualquer se afirmam sobretudo quando em relação umas com as outras, desde suas unidades mínimas (uma letra, por exemplo, uma nota musical ou uma peça de roupa) até as complexas relações entre sistemas mais elaborados. Mas é preciso um cuidado inicial: até que ponto dizer “o sentido emerge da diferença” equivale a “a comunicação emerge da diferença”? Não há comunicação no idêntico na medida em que não só não há o que comunicar, mas também não há diferença específica capaz de produzir o fenômeno comunicacional: o “monolinguismo do outro”, nas palavras de Derrida (2017), como negação da polifonia, leva necessariamente à monotonia.

Ao lado dos nomes, origina-se o código que organizaria, através de escalas classificatórias, o homogêneo e excluiria as diferenças. O mundo aparenta ser homogêneo, a ordem é seu predicado maior e o modo pelo qual é possível produzir conhecimento (FERRARA, 2021, p. 3).

Trata-se de pensar, inicialmente, o nível do código, mas, recordando que o código é social, remeter imediatamente para um segundo nível ou modalidade, das possibilidades de sua circulação no âmbito das relações humanas de produção, o que leva ao próximo aspecto.

A formação da identidade é relacional, o que pressupõe uma igualdade com a alteridade, mas em que medida isso corresponde a uma diferença comunicacional? A emergência de um sentido derivado da relação de diferença entre signos existe efetivamente dentro de condições específicas de produção que se afirmam em espaços específicos: a diferença se apresenta como condição de emergência do social, relacionando-se com a(s) identidade(s) a partir do elo formado pelas condições de igualdade.

É na vida cotidiana que percebemos a força das interações comunicativas, como elo vinculante de sujeitos que agem reciprocamente e que devem aceitar o outro como parceiro fundante das relações sociais. A construção destas últimas só é possível porque existe um fluxo de crenças e ideias compartilhadas que se renova constantemente na intersubjetividade. A linguagem perpassa o campo das interações sociais e conecta os sujeitos de forma que os mesmos se sintam parte de um meio em que possam reivindicar reconhecimento. Por isso, podemos dizer que nos realizamos através da linguagem e do uso que dela fazemos para nos vermos inseridos dentro de uma comunidade de sentidos compartilhados (AUTORIA, 2019; 2021).

É no cotidiano que a comunicação com o outro se fortalece, se redimensiona e redimensiona os sujeitos e o meio no qual se inserem. Comunicar exige o estabelecimento de um sistema normativo comum, um conjunto de emoções e ações compartilhadas dentro da relação que se estabelece entre os indivíduos. Contudo, devemos pensar que os sujeitos que se inserem nas práticas comunicativas do cotidiano desejam ter sua singularidade reconhecida, suas habilidades devidamente respeitadas e seu modo de viver incluído na gramática dos estilos de vida aprovados pela sociedade. Bauman (2004, p. 212) aponta a proximidade entre os conceitos de diferença e reconhecimento:

O indivíduo precisa definir uma diferença estável e defensável entre sua própria pessoa e o mundo social mais amplo, impessoal e impenetrável lá fora. Por outro lado, porém, essa diferença, precisamente, para ser estável e confiável, precisa de afirmação social e deve ser obtida de uma forma que também desfrute de aprovação social. A individualidade depende da conformidade social; a luta pela individualidade requer que os laços sociais sejam fortalecidos e a dependência social aprofundada. O mundo subjetivo que constitui a identidade da personalidade individual só pode ser sustentado por meio da troca intersubjetiva. Nessa troca, um parceiro “deve ser capaz de

dar seu apoio ao mundo do outro (embora suas experiências interiores sejam altamente individuais.

A individualidade dos sujeitos, suas experiências próprias, suas crenças e ações só fazem sentido quando expostas ao outro, quando reforçadas pelo apoio solidário vindo do mundo que é do outro. O reconhecimento do mundo do outro deve, além de laços afetivos, éticos e políticos, envolver uma comunicação ligada às práticas compartilhadas dos indivíduos.

É no social que a diferença se apresenta em uma de suas modalidades mais visíveis, enquanto tensionamento das identidades - que, nesse movimento, atuam também como produção de diferenças - no sentido de estabelecer possibilidades de diferenciação ao mesmo tempo em que afirmam as condições de igualdade:

A diferença pode ser reconhecida como aquilo que escapa à ordem do mundo, opõe-se à simetria do mundo e, sobretudo, àquela identidade reduzida a um nome. A diferença surge como desafio à imaginação do outro e sua epistemologia não se deixa conceituar, mas pode ser inventada e arriscar uma hipótese nova, que considere um autorreconhecimento através do outro. (FERRARA, 2021, p. 14).

Não sem algo de paradoxal, seria possível dizer que, em termos sociais, a igualdade - não a identidade - é condição de afirmação da diferença: o próprio sentido da diferença só emerge enquanto possibilidade de existência na medida em que é calcado em uma ideia inicial de igualdade: “Através do reconhecimento do outro, os diferentes apreendem que todas as diferenças importam. Portanto, a dimensão política do mundo subjaz a todas as formas de exclusão que exigem indispensável resposta, feita de reação e resistência” (Ferrara, 2021, p. 14). Sem isso, subtrai-se da igualdade seu aspecto de alteridade, reduzido à identificação inevitável dos pólos da relação com apenas um de seus sujeitos constitutivos - é o momento em que a diferença se torna desigualdade, lugar inabitável pela comunicação, inserindo uma nota que leva à terceira dimensão do assunto.

4 A DIFERENÇA COMUNICACIONAL ENQUANTO CATEGORIA POLÍTICA

Seria possível, nesse sentido, pensar a diferença como categoria política relacionada à comunicação? A diferença articulada na igualdade - isto é, no igual direito à afirmação de uma diferença - é uma condição necessária de possibilidade da comunicação: uma desigualdade plena tornaria impossível o gesto de comunicação, se entendemos essa palavra

como formação do comum, por se pautar em um desnível que coloca o outro a uma distância infinita; a identidade (no sentido original de uma “ipseidade”) também não permite, ao fazer o movimento de buscar reduzir o outro ao si mesmo; nos dois casos, trata-se de um gesto de violência simbólica que impede o habitar da comunicação. Como diz Ferrara (2021, p. 12), “essa dimensão comunicativa da diferença não se ocupa das matrizes codificadas pelo pensamento hegemônico, pois simplesmente as desconhece”.

Tornada desigualdade, a diferença se reveste de uma condição política no sentido em que as relações de poder passam a primeiro plano, seja quando a alteridade busca reduzir a diferença a si mesma, seja quando busca afastá-la completamente: ambos são gestos de poder na direção da alteridade que constituem uma dimensão política: se comunicar é habitar a diferença, o poder reside na desigualdade ao impedir a formação de um comum no qual pode ter espaço uma interação comunicacional. Como indica a autora:

Embora anônima, a diferença tem a potência de comunicar mas, registrando-se empiricamente, não pode ser reconhecida porque sua potência é ética e supõe, igualmente, uma ética da comunicação capaz de reconhecer aquilo que se distancia da sua uniformidade. Uma ética que seja reconhecida na medida pela qual, na sua tradução científica, constrói uma epistemologia que admita a ausência de um nome/identidade e admita uma anormalidade fenomenológica que, diferente, não se deixa reconhecer pelas suas semelhanças e homologias. (FERRARA, 2021, p. 10)

Segundo Stuart Hall (2000, p. 106), a identidade e a diferença encontram-se mutuamente determinadas, pois a constituição das identidades “envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas(...) ela requer aquilo que é deixado de fora – o exterior que a constitui”.

Grupos e indivíduos anseiam pelo reconhecimento de suas particularidades, daquilo que os torna únicos. Nesse sentido, é preciso que tenhamos cuidado com a noção de diferença. Para Pierucci (1999), as diferenças não podem ser determinadas através de binarismos essencialistas, pois isso impede que vejamos a pluralidade de diferenças que se manifestam dentro de uma mesma diferença. A defesa da diferença múltipla seria, na visão de Peter Fry (1982, p. 109), a melhor alternativa para esquemas classificatórios dualistas que além de transformarem as pessoas em personagens sociais, sufocam a ambiguidade e a poesia que reside nas várias identidades sexuais e sociais.

Se a diferença for tomada como algo imutável e essencial, as identidades de grupos e indivíduos são reificadas e, com isso, podem potencialmente se constituir em fator de

isolamento e não de diálogo e troca, ponto que se encontra formulado em toda uma tradição do pensamento político relacionado ao tema, desde Fraser (1997), passando, ainda duas décadas atrás, por Markell (2000), Tully (2000), Emcke (2000).

Naquele momento, enfatizava-se a questão da diferença em uma processualidade que reivindicava um direito à voz pública que, para se tornar efetivo, demandava não só o reconhecimento do diferente, mas, em um jogo dialético, o reconhecimento de aspectos de sua igualdade nas tramas discursivas, de discussão e decisão da sociedade.

Não é coincidência que, duas décadas depois, Alejandra Castillo (2021) sintetize o processo recordando que a conquista da voz é um primeiro e decisivo passo para o estabelecimento de direitos. Assim, a diferença se torna parte de um processo comunicacional marcado pelos atravessamentos políticos, pelas interpelações que, dentro das assimetrias de poder existentes na sociedade, buscam formular outros circuitos discursivos que, ressaltando a diferença, se direcionam contra seu caráter de desigualdade. A necessidade do reconhecimento recíproco indica a importância que o outro assume no processo de formulação de nossa identidade:

Nós definimos nossa identidade em diálogo com, às vezes em luta contra, as coisas que nossos outros significantes querem ver em nós. (...) Nós precisamos de relacionamentos para preencher, mas não para definir a nós mesmos. (...) Assim, minha descoberta da minha própria identidade não significa que eu trabalho isoladamente, mas que eu a nego através do diálogo, parcialmente aberto, parcialmente interno, com os outros. É por isso que o desenvolvimento do ideal de uma identidade gerada interiormente dá uma nova importância ao reconhecimento. Minha própria identidade depende crucialmente de minhas relações dialógicas com os outros (TAYLOR, 1994, p. 33-34).

A partir desse momento, há a explicitação do confronto, ou melhor, a demarcação das fronteiras da diferença que envolvem sempre uma oposição binária entre “nós” e “eles”, ou entre “eu” e “ele” (SILVA, 2000). Contudo, essa oposição não encerra os indivíduos em representações definitivas. Ela só é útil para entendermos o quanto nossas identidades se encontram atreladas a posições determinadas por representações, as quais, é claro, não conseguem abarcar a pluralidade e complexidade das experiências dos indivíduos.

Não podemos desconsiderar o fato de que os indivíduos constituem suas identidades em grupo e, por isso, uma imagem depreciativa – formulada na linguagem simbólica dominante – atinge não só subjetividades, mas também coletividades, como já recordava Maia (1999; 2000; 2002).

Para Iris Young (1990), nesse sentido, podemos entender que um grupo social não é definido somente por um conjunto de atributos compartilhados, mas por um sentido de identidade. Nossas identidades são definidas em relação a como os outros nos identificam, e eles fazem isso em termos de grupos, os quais são sempre pré-associados a atributos específicos, estereótipos e normas. Sem o reconhecimento adequado de seu pertencimento a uma coletividade específica, as pessoas podem passar a negar aspectos de sua própria identidade. Retomando Hall (1997, p. 41), é possível afirmar que “a identidade surge não tanto da plenitude, mas da insuficiência de totalidade, que é preenchida a partir do que nos é exterior, pelas formas como imaginamos sermos vistos pelos outros”.

Entretanto, para que o reconhecimento recíproco se efetive é necessário que as pessoas se valorizem a ponto de tomar uma posição e saber defendê-la, justificá-la de forma afirmativa. Mais do que corresponder a uma expectativa alheia para receberem aprovação, as pessoas deverão saber agir de acordo com suas próprias aspirações, mesmo correndo o risco de serem julgadas de forma negativa:

Eu me valorizo porque você me reconhece e vice-versa. Cada um se torna vulnerável ao outro e, num mundo onde nossas esperanças e expectativas são, inevitavelmente, desapontadas de tempos em tempos, cada um desenvolve um motivo para se proteger, limitando as maneiras através das quais um indivíduo se expõe ao outro. O medo da desaprovação, da retirada do reconhecimento, pode levar alguém a reprimir alguns aspectos de si mesmo (MOON, 1995, p.155).⁴

Acolher a diferença não é construir uma relação na qual a identificação impera, pois deve-se evitar qualquer tentativa de reduzir o outro ao “eu”, de fundir-se à ele. Falar sobre o outro não é trazer a fala do outro, porque ela é palavra que desloca, nos reposicionando o tempo todo e requerendo um diálogo também com a cultura e a história, uma cena interacional.

Essa abordagem envolve as práticas interacionais e a reflexividade que as estrutura através do uso da linguagem, da produção discursiva e da ancoragem em processos culturais, históricos e políticos. Seja na interação prosaica do cotidiano, nas lutas por reconhecimento ou em processos de embate deliberativo, o que se destaca nessa abordagem é o modo como a

⁴ Do original: “I value myself because you recognize me, and vice-versa. Each thus becomes vulnerable to the other and, in a world where our hopes and expectations are inevitably disappointed from time to time, each develops a motive to protect oneself by limiting the ways in which one exposes oneself to the other. Fear of disapproval, of the withdrawal of recognition, can lead one to repress some aspects of oneself.”

relação entre o eu e o outro é pautada pela reflexividade (tentativa mútua de compreender os quadros simbólico-valorativos que sustentam as ideologias, os mundos vividos e os posicionamentos produzidos e ancorados nas interações comunicativas). Pensar que a relação eu-outro se estabelece nas articulações, na rede de histórias interdependentes, muito mais do que em sua polarização irreconciliável.

A diferença não se pauta, nesse sentido, como caracterização de uma superficialidade inicial nas quais as demandas políticas dos sujeitos se estabeleceriam como demanda de representatividade, mas também como representação.

Ao contrário, refere-se a um substantivo que se caracteriza, em si mesmo, pela diferença que o constitui enquanto comunicação. Esse sentido que parece convergir para a frase inicial desse estudo, salienta-se que a comunicação da diferença estabelece um modo outro de ser comunicação, o que significa dizer que aquele modo não seria indiferente ou insignificante porque, e sobretudo, não seria indeterminado: insinua-se um outro modo de ser comunicante ou de produzir comunicação. (FERRARA, 2021, p. 8)

É importante recordar, assim, que as práticas sociais, sejam elas de ordem discursivas, gestuais, sentimentais, ético-políticas, se processam nos espaços de nossa convivência diária. A multiplicidade de contatos que travamos com os outros está intrinsecamente ligada à nossa ação referenciada na ação do outro. Nos posicionamos e interagimos no mundo sempre levando em consideração de um lado, nossas intenções primeiras, e de outro a receptividade e o entendimento de nossas ações perante os outros.

5 PARA PENSAR ADIANTE: A DIFERENÇA NA RELAÇÃO SUJEITO-SUJEITO NA PESQUISA

O pensamento sobre a diferença, nos estudos de Comunicação, parece ainda estar ganhando uma dimensão já existente em outros ramos próximos, sobretudo nos Estudos Literários e nas Ciências Sociais. Cabe pensar em que medida é possível trazer, para os estudos de Comunicação, um aporte calcado na transversalidade disciplinar que até agora caracteriza a área sem se tratar apenas da importação de um conceito, mas de sua problematização em termos dos fenômenos comunicacionais.

Nas Ciências Sociais, esse tipo de posicionamento, embora preponderante durante boa parte de sua história, mostrou-se progressivamente insustentável na medida em que se assentava sobre uma dicotomia difícil de sustentar no momento dos desenvolvimentos

práticos de uma atividade de pesquisa. O rigor e o critério de uma investigação poderiam ser considerados e avaliados levando-se em conta o fato de serem aspectos ligados a sujeitos com uma história e uma trajetória que os constituíam tanto como pesquisadores quanto como participantes de uma pesquisa.

Excluem-se ou superam-se variáveis não ponderáveis, porque tenderiam a prejudicar a solidez conceitual do conhecimento que apresenta claras definições e hierarquias condutoras das suas representações, marcas que assinalam suas características e nomes que as identificam. Regularidades reprodutivas por semelhanças, hierarquias de valores e, sobretudo, elementos que assinalam um nome e criam condições para estabelecer uma área reconhecida e identificável como totalidade científica (FERRARA, 2021, p. 7).

Para tanto, levando em consideração a importância da noção de diferença na elaboração do pensamento ocidental, caberia também observar seus tensionamentos específicos nas interações comunicacionais, como condição epistemológica, social e política do estabelecimento desse processo. Pensar a diferença significa também construir desafios a formas de pensamento voltados para a homogeneização dos discursos e das práticas a partir de matrizes únicas, ainda que externamente vinculadas a uma valorização desse tema. Daí a importância de trazer a questão da diferença para os debates sobre Comunicação, em especial dentro de sua dimensão epistemológica.

Desta maneira, o lugar da comunicação como forma de pensamento é aquele que nos possibilita olhar para a complexa rede de relações sociais – bem como para o contexto em que estas se dão – e perceber práticas, discursos, diálogos, contextos de interação como um todo múltiplo em constante movimento a partir de suas rearticulações. A comunicação se dá na comunidade e expressa um incontido desejo de estar com o outro, de aceitar o desafio que o outro nos lança por meio de sua singularidade, de sua diferença. O encontro com o outro na comunidade se expressa sempre de forma agonística, em uma hospitalidade hostil, na qual um indivíduo incita o outro por meio da dúvida, do estranhamento, sendo que ambos se relacionam por meio da reciprocidade e interdependência. O olhar da comunicação é, por isso, um olhar privilegiado que nos permite acompanhar os fluxos por meio dos quais a sociedade se transforma, abarcado a comunicação em sua pluralidade, e não isolando aspectos de modo a serem analisados de maneira fragmentada.

O texto de Lucrecia Ferrara (2021), na esteira de reflexões anteriores mas estabelecendo um novo movimento em relação a eles, se apresenta como possibilidade de pensar algumas questões instigantes que permeiam a epistemologia da comunicação dentro de

uma dimensão também social e política que se apresenta tanto mais necessária quanto mais difícil se torna a trama de relações com a alteridade, em um cenário polarizado, no qual o excesso de mídia parece corresponder a um empobrecimento da comunicação.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Signatura Rerum**. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2009.
- MARTINO, L. M. S.; MARQUES, A. C. S. Aproximações e ambivalências epistemológicas da pesquisa que se constitui entre a comunicação e o comunicar. **Lumina**, v. 18, p. 1-19, 2014.
- MARTINO, L. M. S.; MARQUES, A. C. S. A afetividade do conhecimento na epistemologia: a subjetividade das escolhas na pesquisa em Comunicação. **MATRIZES (USP. IMPRESSO)**, v. 12, p. 217-234, 2018.
- MARTINO, L. M. S.; MARQUES, A. Limiares do estrangeiro na comunicação: a fronteira como ambivalência comunicacional entre o acolhimento e a hostilidade. **CAMBIASSU: Estudos em Comunicação (ONLINE)**, v. 15, p. 66-82, 2020.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CAIAFA, Janice. Comunicação da Diferença. **Fronteiras**, v. 6, n. 2, jul-dez. 2004, p. 47-56.
- CASTILLO, Alejandra. **Asemblea de los cuerpos**. Santiago: Sangria, 2020.
- D'AMARAL, Márcio T. **Comunicação e Diferença**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Lisboa: Relógio D'Água, 1998.
- DERRIDA, Jacques. **O monolinguismo do outro**. Belo Horizonte: Chão da Feira, 2017.
- EMCKE, Carolin. Between Choice and Coercion: Identities, Injuries, and Different Forms of Recognition. **Constellations**, v.7, nº4, 2000, pp.483-495.
- FERRARA, Lucrécia D'A. Epistemologia da Diferença. 30o. **ENCONTRO DA COMPÓS**. Anais... São Paulo: PUC-SP, 27 a 30 de julho de 2021.
- FERRARA, Lucrécia D'A. Epistemologia Política da Comunicação. 25º **ENCONTRO DA COMPÓS**. Anais... Goiânia: UFG, 7 a 10 de junho de 2016.
- FERRARA, Lucrécia. D'A. A epistemologia de uma comunicação indecisa. **22o. ENCONTRO DA COMPÓS**. Anais... Salvador: UFBA, 5 a 8 de junho de 2013.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FRASER, Nancy. **Justice Interruptus**: critical reflections on the ‘postsocialist’ condition. London: Routledge, 1997.

FRY, Peter. **Para Inglês ver**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1997.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade?. In: Silva, Tomaz Tadeu da (Org.) **Identidade e Diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HALL, Stuart. Significação, representação, ideologia. In: SOVIK, Liv (Org.) **Da diáspora**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 160-198.

HEIDEGGER, Martin. **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2006.

MAIA, Rousiley. Identidades coletivas: negociando novos sentidos, politizando as diferenças. **Contracampo**, n.5, jul/dez 2000.

MAIA, Rousiley. A identidade em contextos globalizados e multiculturais: alguns dilemas da igualdade e da diferença. **Geraes**, n.50, 1999, pp.12-25.

MAIA, Rousiley. Identidade e Discurso: a inclusão do Outro. **Fronteiras – estudos midiáticos**, v.IV, n.1, junho de 2002.

MARKELL, Patchen. The Recognition of Politics: A Comment on Emcke and Tully. **Constellations**, v.7, n°4, 2000, pp.496-506.

MARTINO, Luís M. S. **Comunicação e Identidade**. São Paulo: Paulus, 2010.

MARTINO, Luis M. S. Dos “Fundamentos Científicos” à “Teoria da Comunicação”: uma controvérsia epistemológica nas origens da Área. **Comunicação & Informação**, Goiânia, Goiás, v. 21, n. 3, p. 107–122, 2018.

MOON, Donald. Practical Discourse ad communicative ethics. In: White, Stephen (Ed.). **The Cambridge Companion to Habermas**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

OLIVEIRA, Luciana; FIGUEROA, Júlio Vitorino. Pensar a Comunicação Intermundos: fóruns cosmopolíticos e diálogos interdisciplinares. **29o. COMPÓS**. Anais... Salvador: UFBA, 2020.

PIERUCCI, Antonio F. **Ciladas da Diferença**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

TAYLOR, Charles. The politics of recognition. In: GUTMANN, Amy (Ed.). **Multiculturalism**. Princeton: Princeton University Press, 1994, pp.25-74.

TULLY, James. Struggles over Recognition and Distribution. **Constellations**, v.7, n°4, 2000, p.469-482.

YOUNG, Iris. **Justice and the politics of difference**. Princeton: Princeton University Press, 1990.